

QUE A PAZ E O DIREITO VENÇAM

Rosilene Antônia Weissheimer¹

Dia 23 de outubro de 2005, o cidadão brasileiro terá de votar sobre o comércio ou não de armas de fogo no Brasil. Terá que ir até sua seção eleitoral para manifestar-se a respeito do referendo imposto pelo governo federal. Imposto sim, uma vez que pelo tema sobre o qual versa seria desnecessário, frente a questões urgentes e de maior importância que sequer ganham a devida providência. Lembre-se o caso do pedágio: não serviria a concessão de estradas, através deste, para melhorar rodovias mal sinalizadas e perigosas? Sua concessão teria se dado justamente em função da falta de recursos que o governo tinha para melhorar as estradas. Hoje, grande parte delas está privatizada, sendo que as que sobraram aos cuidados do governo continuam num estado tão lastimável quanto antes. Alguns motoristas, inclusive, ainda preferem pagar pedágio a trafegar em estradas pelas quais é responsável o Estado, já que o risco de acidente é grande.

Serve, então, esta história para exemplificar que, independente do comércio ou não de armas, não será este o meio que porá fim à violência. O Estado é que tem o dever de resguardar o cidadão, oferecendo-lhe segurança. Não cabe dizer que há falta de recursos, pois com a fantástica carga tributária que há, sem contar os rombos enormes aos cofres públicos e desvios de dinheiro que o show das CPIs se encarrega de mostrar quase que diariamente, fazer tal colocação seria uma afronta à inteligência. Chega-se à conclusão que há dinheiro, mas que, infelizmente, não é direcionado para quem precisa e isso pelos mais absurdos motivos, como por exemplo, a compra de um avião que o presidente da República resolveu adquirir em detrimento do clamor de muitos que choram e padecem de necessidades vitais. Este dinheiro, certamente, serviria para matar a fome do povo, como também para patrocinar a promessa da campanha Fome Zero ou outras.

De qualquer modo, o referendo fere o direito do cidadão de ter ou não uma arma. É um direito latente que não pode ser violado e arrancado simplesmente. É importante dizer ainda que o cidadão de bem não atira para matar, mas para se defender do agressor que rouba seu patrimônio e poderá ceifar a vida de um dos seus. Se o referendo vetar o comércio de armas de fogo no país, desarmará somente o cidadão de bem e jamais o

¹ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Direito, do Centro Universitário Univates, Lajeado/RS.

bandido, que aliás, possui um arsenal invejável se comparado com o das Forças Armadas.

Pesquisas apontam que a violência não irá diminuir, muito pelo contrário, aumentará o campo de ação para a alegria de todos os meliantes. Terão direito a arma aqueles que seriam menos indicados a usá-la, como no caso de certos policiais despreparados, que, agindo estúpida e ignorantemente, abusam do estrito cumprimento do dever legal por portar uma arma. Além disso, terá direito ao uso, igualmente, 0,1% da população, pessoas com condições suficientes para bancar quem faça sua segurança, mesmo tendo o direito de portar uma arma. Isso aumentará ainda mais as desigualdades sociais ao elitizar este direito, ferindo o Princípio da Isonomia, previsto no artigo 5º do texto maior - a Constituição Federal de 1988.

Se for para o referendo valer, que valha em toda sua plenitude, desarmando também aqueles que portam armas brancas (facas, por exemplo). E não se confunda com a campanha global a favor do "sim", pois nem tudo que é veiculado pela imprensa caminha com a verdade. Na verdade, este instrumento que atinge as massas serve, muitas vezes, para manipular, visando, como sempre, única e exclusivamente seus propósitos, sabe-se Deus para quê.

Não desejo guerra; amo a paz e aspiro a que esta seja propagada até que se torne realidade. Mas enquanto houver aqueles que negam a lei e o Estado não propiciar a segurança que desejamos, serei a favor sim - que o cidadão, o de bem, se defenda. Outorgamos ao Estado direitos para que, através do Contrato Social, nos livre do estado de guerra e selvageria. A outorga há muito já foi dada, então, que o Estado cumpra seu dever e faça sua parte.